



5

POR QUE FILÓSOFO?*

(*) Os textos aqui publicados alimentaram a mesa-redonda sob o mesmo título, promovida pela *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, em sua XXVII Reunião Anual, realizada em julho de 1975, na cidade de Belo Horizonte.

prelúdio do livro, para tentar uma relação mais íntima com seu público, conformando-o e sendo conformado por ele. Trata-se, em suma, de recuperar o clima da Academia ou do Liceu, empregando todas as técnicas da comunicação moderna, abandonando obviamente o intuito de preparar reis-filósofos para enfrentar de vez a tarefa de estimular o nascimento de cidadãos livres. Estaremos então pouco a pouco nos apropriando de nossos próprios instrumentos, de nossas palavras e seu âmbito, de nosso convívio, de nossas instituições, até desaparecer a rígida separação entre filósofos e não-filósofos, quando a teoria estiver ligada ao exercício da crítica racional. Só assim deixaremos de ser *voyeurs* da liberdade e servos do poder.

GÉRARD LEBRUN

À questão que nos é proposta, de uma forma tão generosamente indeterminada, só posso encontrar um sentido, *que aliás não me satisfaz*: por que há um mercado filosófico (manuais escolares, coleções filosóficas etc. . .)? Por que o filosofar, como instituição cultural, que em alguns países se centra em torno de um serviço público: a Universidade? Este sentido não me satisfaz, pois logo nos conduz a uma investigação sócio-cultural que, a despeito de seu grande interesse, transforma inevitavelmente a questão numa outra, muito restrita: por que a partir do século XIX o filosofar se institucionalizou e passou a ser subvencionado pelo Estado? Mas acontece que a recusa dessa interpretação derrapante suscita outra questão: por que nossa primeira idéia, quando somos argüidos a propósito da finalidade do filosofar, consiste em nos interrogar sobre a finalidade de *uma instituição*? Aqui a resposta parece fácil: não há outro meio de compreender, sem arbítrio, o filosofar *no singular*. Citem-me outra rubrica além da sociologia da cultura para dar conta desse singular — de minha parte, eu não a encontro.

Nosso filosofar institucionalizado consistiria na forma moderna da “*philosophia perennis*”? Mas como. . . Os manuais podem muito bem tentar fazer com que os jovens das classes finais do curso secundário acreditem serem eles descendentes de Sócrates; mas neles apenas vejo sobrinhos de Victor Cousin. A Agrégation de Philosophie, em França, tem pouca coisa a ver com a questão sobre o Ser e muito com o aprendizado de uma retórica e de um saber mínimo que garantem à banca que o jovem professor não aborrecerá demasiadamente seus alunos, nem lhes dirá frivolidades. De que serviria evocar aqui as sombras dos pensadores gregos? Imaginem Sócrates ouvindo uma lição de Teeteto sobre a “Indução” ou de Alcibíades sobre o “amor como modo de conhecimento”?

Passemos da filosofia escolar para a literatura filosófica: outra razão nos proíbe de atribuir uma significação que não seja sócio-cultural à expressão singular do “*filosofar*”. O que existe de comum entre um estudo de filosofia analítica e a meditação heideggeriana sobre uma palavra arcaica? A filosofia não possui outra unidade além daquela de um arquipélago. E certos filósofos têm tanta consciência dessa disseminação de territórios que tentam desespera-

damente compensar por um alinhamento doutrinal sua inevitável especialização – neste tempo em que se apagam todos os grandes sistemas de referência (como o tomismo) tentam colocar-se sob a dependência de um pensador do século XIX (Marx, Freud, Nietzsche), ou tomar uma ciência humana (economia, lingüística) como paradigma de suas pesquisas. “Marxismo”, “freudismo”, “estruturalismo”. Essas etiquetas deixam transparecer contudo que ainda não se renunciou à grande vontade de sistema dos velhos tempos. A realidade, infelizmente, é mais melancólica. Sob a capa do “-ismo” assumido, o que fazem os melhores desses filósofos? Quer história da filosofia (bons comentários de texto sobre o autor predileto), quer um trabalho monográfico a respeito duma ciência humana. Sem dúvida ainda se permanece “filósofo”, pois não se esquece, de tempo em tempo, de invocar grandes conceitos e pedir pela Wissenschaft unitária (restituindo nos lugares em branco e nas lacunas de Talmud). Mas o que significa esse compromisso com a “filosofia”? Parece-me que a razão de ser desta obstinação em se dizer “filósofo” reside inteiramente nesta distância – à qual não se quer renunciar – entre uma pesquisa, fecunda porque localizada, e a pretensão a um saber absoluto (ainda que este seja útil àquela como as idéias sobre o casamento o foram a Russell quando escrevia os “Principles”). Isto, por certo, no melhor dos casos. Deixemos de lado os ingênuos – espiritualistas de preferência – que teimam em dogmatizar como em 1900 – aqueles que continuam a determinar o ser da linguagem ou do espaço sobre a base científica de alguns “Que sais-je? ”, ou ainda traçam afrescos históricos que fazem a alegria dos historiadores. A fenomenologia foi o último sobressalto de um discurso dogmático que ainda teve estatura. Ora, o que resta hoje dela, uma vez a moda passada, na Europa, pelo menos? resta de “Humanismo e Terror”, este bom livro de Merleau-Ponty, depois de lermos o livro *de história* de Mme. Annie Kriegel sobre os processos de Moscou? Nada mais do que um romance engenhoso sobre o bolchevismo. Por certo, um livro ainda útil, porquanto fornece diretrizes conceituais e um estilo de interrogação, mas nada que pareça a um saber, a menos que a teoria dos turbilhões seja ainda tomada como um deles. Seria fácil aumentar esse balanço: basta uma geração para que o filosofar que nos apaixonava se reduza àquilo que Aristóteles colocaria entre os discursos “logikoi”. Não há pois esperança alguma de que um aparelho *doutrinal* possa legitimar o singular: o *filosofar*, se esta palavra deve designar um saber. Enquanto filósofo, o filósofo dispensa apenas uma inteligibilidade efêmera e sua Wissenschaft (seja qual for o sentido que se empreste e o cuidado para não o deixar contaminar pelo modelo das ciências positivas) nunca é mais do que uma promessa não cumprida.

Por que pois a filosofia? Por que um falso saber? – Questão imprudente. Tomemos cuidado aqui para não nos perdermos. Acabo de pronunciar a palavra “logikôs” que, em Aristóteles, significa “verbal, vazio”. A despeito desse sentido pejorativo, porém, o argumento “logikôs”, para o Estagirita, não é sinônimo de “sofístico”. É um raciocínio que não diz respeito à natureza da coisa, ou uma investigação que não parte de princípios próprios à coisa. Mas tal raciocínio e tal investigação possuem direito de cidadania no

saber aristotélico. O não especialista tem o direito de interrogar “logikôs”; o especialista sobre a validade de seus princípios; o dialético, enquanto não se põe a concorrer com o cientista, tem o direito de falar “logikôs” sobre todas as coisas (“kata pantôn”). E se essa dialética, mais próxima da retórica do que da epistemê, nunca determina o universal, circunscreva-o negativamente, capta verossimilhanças, orienta-nos na fixação dos princípios. M. Aubenque mostrou como, na *Metafísica*, a prática do filósofo se confunde com a do dialético. Não se trata aqui, porém, de investigar donde provém essa semelhança. Observemos simplesmente, no que concerne à nossa problemática, que Aristóteles é o primeiro a dissociar — com muita insistência, aliás — os “mathémata” e a investigação do universal: antes dele, pitagóricos e platônicos, esses arcaicos, haviam confundido os dois planos. A partir daí a filosofia pode ser investida duma vocação bem determinada: fixar a essência, delimitar as regiões eidéticas, discernir os princípios — entendendo-se que, no terreno, nenhuma epistemê poderia substituí-la. Se o filósofo tem direito à dialética e ao “logikôs” é na medida em que procura o universal por seus próprios meios, em que seu método nada tenha a ver, seguramente, com o método de uma disciplina regional, porque somente a ele e unicamente a ele cabe *constituir* aquilo a respeito de que fala o técnico “ingênuo”. É flagrante que essa originalidade do filosófico em relação ao matemático também se apresenta tanto ao surgir da metafísica especial quanto na Crítica kantiana, que tange os sinos fúnebres dessa última. Ainda aqui é por felicidade que o filósofo se embausaque diante do conceito de triângulo, ou que seja incapaz de uma definição ao iniciar sua pesquisa: é sinal de que seu saber não é homogêneo ao saber que a mathesis parecia ter monopolizado (e que as ciências positivas logo vão substituir). E sabemos que se, com Aristóteles, a dialética, arte de interrogar e investigar à margem do saber, resume-se num instrumento legítimo do filósofo, a identificação entre *dialético* e *filosófico* será total depois de Kant — e, em parte, graças a ele. — A filosofia, um falso saber? Não, por certo; os filósofos tomaram suas precauções: é um saber homônimo a nossos saberes “finitos”, “positivos”, “ingênuos”.

Não estou pensando aqui simplesmente em Hegel, mas em quase todos os grandes nomes da filosofia moderna depois de Kant. Que se tomem os “idealistas alemães” (Naturphilosophie contra ciência), os “desmistificadores” (Marx contra a economia política), a fenomenologia (Husserl e as ciências positivas): surge por toda parte a mesma preocupação de situar-se num discurso que, *por princípio*, não possa ser atingido pelas objeções fomentadas por uma ciência positiva, a mesma pretensão de operar uma totalização, uma crítica ou uma fundação, que não mais prestem contas a um código de significações já disponível, inclusive, seguramente e talvez sobretudo, à lógica formal (Fichte, Hegel, Husserl). Existem exceções ilustres, eu o sei. Conte e Bergson, notadamente, tiveram a modéstia (a honestidade ou a imprudência) de falar a linguagem do homem comum, daquele que pode ser chamado a prestar contas à ciência (comparemos, por exemplo, a coragem infeliz de *Durée et Simultanéité* com esta obra-prima de esperteza epistemológica que é

a *Krisis* de Husserl). Mas em geral, enrolado em seu discurso, protegido por este corpus de significações que uma sintaxe original articula, o “filósofo” se tornou ainda mais impermeável do que era o sofista antigo: toda crítica admirará da “ingenuidade” ou da “finitude”, a mais tímida objeção será sintoma do “ideológico”. Quem jamais exprimirá todos os recursos dessa retórica inexpugnável que se forjou no turbilhão verbal do “idealismo alemão”? – A filosofia, um falso saber? Percebemos que não se trata mais disso. Um falso saber pretende possuir uma resposta para tudo. O “filósofo” (vejam nossos marxistas de hoje) se coloca na condição de não ser contradito a propósito de tudo o que afirma, de nunca ser desmentido por um resultado científico (com a matemática às vezes ocorrem, na verdade, desacertos: Husserl e o teorema de Gödel).

“Por que filósofo?”, nessas condições? A resposta está a nosso alcance. Muito cedo o aprendiz-filósofo percebe os recursos dessa maravilhosa disciplina. Nunca acreditei que um estudante pudesse orientar-se para a filosofia porque tivesse sede de verdade: a fórmula é vazia. É de outra coisa que o jovem tem necessidade: falar uma língua da segurança, instalar-se num vocabulário que se ajusta ao máximo às “dificuldades” (no sentido cartesiano), munir-se de um repertório de “topoi” – em suma, possuir uma retórica que lhe permitirá a todo instante denunciar a “ingenuidade” do “cientista” ou a “ideologia” de quem não pensa como ele. Qual melhor recurso se lhe apresenta senão tomar emprestado um discurso filosófico? Não vejo outro motivo para o atrativo ainda potente que exerce a filosofia quando deixa de ser uma “doutrina” oficial (do Eu, do Mundo, de Deus). É uma moda ou vive pelas modas, podemos dizer. Sim, sem dúvida. Mas, desde que deixa de ser ensinada como verdade de Estado, separa-se a filosofia do fascínio por uma linguagem que, de um só golpe, dá a seu usuário – à custa de uma erudição histórica (às vezes muito leviana) – a segurança de uma dominação intelectual, um meio de orientar-se no pensamento? No final das contas, “o Filósofo” trazia outra coisa a Santo Tomaz? Não desprezemos, pois, demasiadamente as modas: a todos não é dado escrever a *Suma*, mas quem não tem necessidade de uma tópica?

– Assim, cá estamos. . . Desde o início, desconfiava-se onde queríamos chegar, demolidor, melífluo. . . A filosofia para você é uma tópica, uma retórica. A deformação do espírito que o ensino universitário dispensa, você a transforma na essência do filosofar. Você ainda não digeriu sua agregação.

– E você está certo de não a ter assimilado demasiadamente bem? Acaba de pronunciar a palavra *essência*; mas quando pretendi eu delimitar uma essência? Perguntam-me: “por que filósofo?” – e, em resposta, me pergunto por que me deram o gosto de determinar as essências, por que logo retirei disso um prazer tão vivo. Acontece que neste tempo, no que me diz respeito, eu me acreditava marxista, entretanto, como ainda não se ensinava a “ler” o *Capital*, era preciso recorrer às “condições transcendentais”, lançar mão do “Conceito” hegeliano, tão cômodo. Para articular a história – do mesmo modo, para contrabalançar – convinha recolher algumas essências materiais no coração do vivido. Bagagem de bazar, admito. Mas que

cada filósofo licenciado opere um sincero retorno a seu passado; muitos encontrarão uma “Erziehung” mais nobre? É no curso desta, entretanto, que aprenderam assim a marcar o sentido de todas as palavras traduzidas do alemão que permanecem seus pontos de referência (“para si”, “em si”, “cientificidade”, “lei-de-essência”, “universal concreto” . . .). Assim dizendo não insinuo que nossa formação nos transformou em papagaios: não, ela fez de nós . . . filósofos. Não pretendo dizer que nos mergulhou num elemento rarefeito, longe do “concreto” (onde pode este se alojar?): não, ela nos educou — segundo o acaso das influências e das leituras — para a *inteligibilidade*. Deu-nos o meio de discernir uma “Gesetzmäßigkeit” onde os ingênuos só vêem fatos diversos, acontecimentos amontoados.

E querem uma prova? Consultem um verdadeiro filólogo sobre a sorte da palavra “*physis*” ou da palavra “*aletheia*” ou ainda um historiador do judaísmo sobre a história de Moisés. Ficarão decepcionados: lá nada mais há do que sentidos heteróclitos que se encavalam — aqui, nada mais do que presunções, muitas vezes contraditórias (em ciências humanas, o rigor conduz frequentemente à constatação da dispersão, da desordem). Em seguida, abra Heidegger ou Freud: encontrarão o palácio de Versalhes no lugar da floresta virgem — lá, um sentido unívoco do qual seguimos o declínio e a latência — aqui, uma intriga bem montada. Então, “por que filósofo?” — porque até mesmo as crianças, dizia Hegel, gostam de encontrar um encadeamento e uma conclusão nos contos. Descrever a filosofia como uma retórica consiste pois somente em comentar o ideal de inteligibilidade que ela difunde. Insistir na necessidade retórica a que responde para o adolescente ocidental não significa desprezá-la. Comprometidos com essa direção, alguns acabam efetivamente por transformar-se em “*Wissenschaftler*” bastante retorcidos, sabendo localizar uma “*Gestalt*” ou um “*Zusammenhang*”, assim como seus maiores — e que praticarão a “*begründen*” talvez mais habilmente do que eles (aqui é preciso falar alemão). Não me cabe pois a censura de caricaturar a filosofia. Notadamente, desde que Kant nos mostrou os perigos que nos preserva a Dedução transcendental (se a Terra, num único dia, passasse de um clima tórrido para o glacial), filosofar consiste principalmente em expulsar o acaso, decifrar a todo custo uma legalidade sob o fortuito que se dá na superfície. Especificamente filosófico é o problema de compreender o funcionamento de uma configuração a partir de uma lei que lhe é infusa (é preciso que haja uma), conforme à ordem que se *exprime* nela (é preciso que haja uma) — quer se trate de compreender a possibilidade do juízo a partir da afinidade dos materiais sintáticos ou, de maneira mais desembaraçada, a sociedade feudal a partir do moinho de vento. . . Cada vez que a “*physis*” da coisa contenha uma unificação a priori ou um encadeamento “lógico”, o filósofo triunfa.

Até aí nada de grave; nada que deva levar-nos a desconfiar de uma ginástica para o intelecto tão formadora como a álgebra ou a versão latina. O desastre aparece quando a procura do universal é levada a sério — e quando os usuários do código raramente tenham a lucidez de tomar o “transcendental”, o “Conceito” ou a “infra-estrutura” simplesmente como peças deste

jogo apaixonante da linguagem que é o jogo do *sentido a todo custo*. Longe de mim querer aqui iniciar um processo de intenções. Pergunto-me contudo se a questão que nos foi proposta não supõe que o filosofar seja uma *coisa séria*, porquanto não se perguntaria o porquê de um jogo. . . É bem verdade que, como filósofos, não mais sabemos jogar, como sabiam os gregos. — Retomemos Aristóteles. Não temos vontade de perguntar-lhe: “por que filósofo?” Primeiro, porque no-lo diz em algumas palavras, no umbral da *Metafísica*: para nunca se admirar com a incomensurabilidade da diagonal mas unicamente com o fato de ela ter sido tomada como admirável em suma, convencer-se de que a Justiça reina nas coisas. Depois, e sobretudo, porque sua prática descuidada desmente muitas vezes o caráter sério do objetivo. “Ananké”, diz ele, tem este sentido, depois outro e mais outro; tentemos este primeiro que talvez reúna todos e vamos ver o que dá. Tal é o estilo desse jogo. Ou ainda: diga-me, qual fórmula convém a todos os tipos de alma? de minha parte não a vejo; Górgias teria razão? Deixa-se que a dispersão atinja seu mais alto grau, depois, quando tudo parece perdido, se entrevê que apesar de tudo há um meio de dominar a desordem, — que há um pólo unificador de todos os usos da palavra “saúde”. E, cada vez que se desfaz o espedaçamento das significações, responde-se por meio do fato à questão: “por que filósofo?” Mas o jogo é de tal modo bem levado que não se tem vontade de interrompê-lo com esta questão indiscreta.

Mas, chegando a este ponto, o historiador da filosofia constata que há muito ele se separou do filósofo. Em virtude de ter freqüentado os alquimistas do Logos unificador, criou o hábito de não ver mais do que o tema, infinitamente renovável, de um exercício intelectual. Não pretende mais por sua conta retomar a pesquisa do universal: ele não é mais filósofo. O que ganhou por ter atravessado este país fantástico? Pois bem, isto justamente: um dia sentir o desejo de quebrar seus brinquedos, romper o puzzle — e por fim exclamar: O que importa o filosofar? O que lhes serve, vocês que teimam em se transformar nos instrumentos da repressão ocidental, de seus universais, de suas leis de essência, de seu aparelho de racionalidade — vocês auxiliares da *segurança moral*? Esta é a questão que ele põe de agora em diante àqueles que pretendem residir em alguma “Verdade” ou alguma “Justiça”. Então, que se meça quão uma vez mais a vitória da antifilosofia

“deve ser completa — ele que sempre permanece, junto de toda a humanidade, na ofensiva e não possui qualquer estação fixa, nenhuma residência, que numa ocasião qualquer seja obrigado a defender”
(D. HUME. 8º Diálogo).